

Panorama de distribuição dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional

Distribution overview of technical courses in nursing offered by the Federal Network of Professional Education

Recebido: 26/06/23 | **Revisado:** 27/08/24 | **Aceito:** 06/09/24 | **Publicado:** 11/03/2025

Ludmila Anjos de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4471-6057>

Universidade Federal da Bahia, Brasil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Brasil
E-mail: ludmila.anjos@ufba.br

Gilberto Tadeu Reis da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0595-0780>

Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: gilberto.tadeu@ufba.br

Ana Lúcia Arcanjo Oliveira Cordeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0375-7709>

Universidade Federal da Bahia, Brasil
E-mail: anaarcujo@hotmail.com

Cristina Lavareda Baixinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7417-1732>

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Portugal
E-mail: crbaixinho@esel.pt

Como citar: JESUS, L.A.; SILVA, G.T.R.; CORDEIRO, A.L.A.O.; BAIXINHO, C.L.; Panorama de distribuição dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 25, p. 1-15, e15684, mar. 2025. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo objetiva descrever o panorama de distribuição no território brasileiro dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Quanto ao método, trata-se de um estudo descritivo-exploratório. Constatou-se que 37 unidades ofertam o curso técnico em enfermagem, o equivalente a 5,64% do total, correspondendo a 48 cursos. Foi observado um desequilíbrio de distribuição dos cursos entre as regiões do país. Conclui-se que esta formação tem baixa visibilidade dentro da Rede, evidenciando-se um afastamento entre o panorama atual e as intenções educativas das instituições federais, as necessidades de algumas regiões e as políticas de formação de recursos humanos em saúde.

Palavras-chave: Educação técnica em enfermagem; Educação profissionalizante; Educação em enfermagem; Pesquisa em educação de enfermagem.

Abstract

This article aims to describe the panorama of distribution in the Brazilian territory of technical courses in nursing offered by the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. As for the method, it is a descriptive-exploratory study. It was found that 37 units offer the technical course in nursing, equivalent to 5.64% of the total, corresponding to 48 courses. There was an imbalance in the distribution of courses among the regions of the country. It is concluded that this training has low visibility within the Network, highlighting a gap between the current panorama and the educational intentions of federal institutions, the needs of some regions and the policies for training human resources in health.

Keywords: Education nursing associate; Education professional; Education nursing; Nursing Education Research.

1 INTRODUÇÃO

A formação de recursos humanos na área de saúde alinhada às necessidades sociais e de saúde da população constitui um desafio histórico, contudo, seu ordenamento é atribuído à competência da esfera federal, conforme preconizado pela Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990). Todavia, ainda é notória a hegemonia da rede privada na concentração da oferta da educação profissional técnica de nível médio em enfermagem no Brasil, o que resulta, muitas vezes, em uma oferta caracterizada por uma formação frágil e fragmentada atrelada à lógica capitalista, destoando das reais necessidades de saúde da população (BRASIL, 2020). Nesse sentido, antagonizando a visão estritamente instrumental da educação profissional e a tendência à mercantilização da educação no país, a implantação da Rede Federal pretendeu romper com a lógica capitalista, ao defender a educação como um instrumento de transformação social (BRASIL, 2010). Assim, diante dessa perspectiva, acentua-se o papel potencial da Rede de remodelar o panorama da oferta de cursos técnicos em enfermagem no país, frente à sua função social e intenções educativas, que perpassam por engajar-se com o desenvolvimento das localidades, resgatando o compromisso da esfera federal com esse nível formativo.

Destaca-se que a educação profissional técnica se refere a processos que têm por finalidade proporcionar a aquisição de conhecimentos e habilidades para o exercício de um ofício e, conseqüentemente, a inserção do indivíduo no mercado de trabalho (VIEIRA, SILVA, 2019). Historicamente esteve caracterizada como uma atividade sem mérito social, e delegada às classes menos favorecidas socioeconomicamente, desvelando aspectos da divisão social do trabalho (BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017).

Nessa lógica, a educação profissional de nível médio foi marcada pela ênfase no cunho conteudista e por limitar-se à operacionalização de procedimentos, em detrimento de uma formação crítico-reflexiva (VIEIRA, SILVA, 2019). Tal conjuntura refletiu também na área da saúde, sobretudo, nos cursos de formação técnica em enfermagem, que exprimem em sua história questões políticas e socioeconômicas.

Os primeiros cursos de formação técnica em enfermagem surgiram no Brasil em 1966, na Escola de Enfermagem Anna Nery e na Escola Luiza de Marillac, fundamentados e impulsionados pelo quantitativo insuficiente de enfermeiras para atender as necessidades da população e do mercado (PINHO *et al.*, 2018).

Atualmente, embora a formação técnica em enfermagem integre o bojo dos cursos ofertados pela Rede Federal, a literatura apresenta lacunas acerca dessa formação nesses ambientes. Contudo, ressalta-se que o processo de implantação dessa habilitação encontrou múltiplas dificuldades relacionadas ao pioneirismo e à natureza destoante dos cursos já ofertados na Rede, caracterizados pela origem industrial (OLIARI; PADILHA; BACKES, 2016).

Assim, em virtude da escassez de estudos relacionados à formação técnica em enfermagem no âmbito federal, e diante do papel dos técnicos de enfermagem no cenário atual, uma vez que representam o maior contingente de profissionais da enfermagem e da saúde e se situam na linha de frente do cuidado, surge a relevância deste estudo (BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017). Ao descortinar o panorama da oferta dos cursos, pretende-se contribuir para a visibilidade

da formação técnica em enfermagem nesses espaços, fornecendo subsídios para reflexões sobre os locais de implantação dos cursos e, conseqüentemente, colaborar com o fortalecimento da Rede, como redutora das desigualdades sociais, evocando o papel da esfera federal com a formação em saúde alinhada com às necessidades sociais e de saúde da população, com potenciais repercussões na qualidade da assistência à saúde.

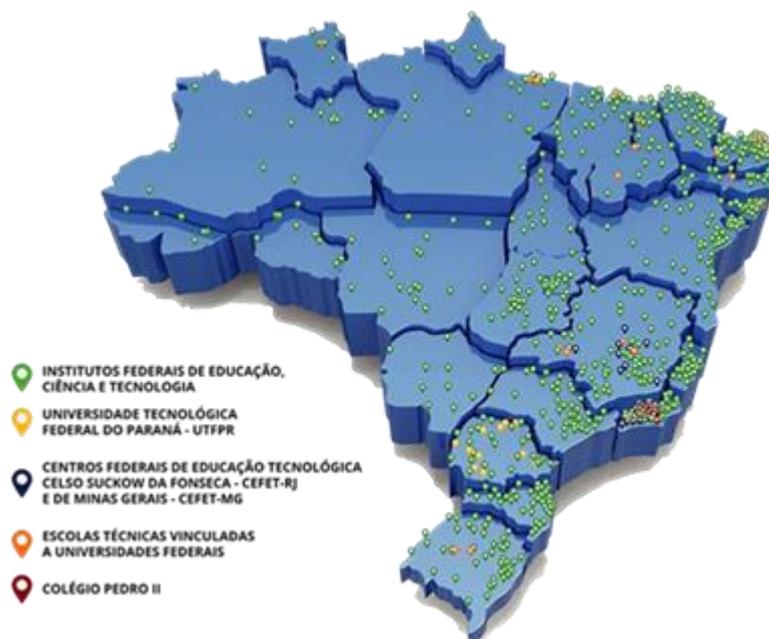
Frente ao exposto, considerando a escassez de estudos atinentes à formação técnica em enfermagem, bem como a importância da atuação dos profissionais técnicos em enfermagem no atual modelo dos serviços de saúde, além da abrangência nacional e concepções educativas da Rede Federal, questiona-se: Qual o panorama da distribuição no território brasileiro dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com a finalidade de descortinar o panorama da oferta dos Cursos Técnicos em Enfermagem disponibilizados pela Rede Federal no território brasileiro, o qual percorreu as seguintes etapas: 1) identificação da lacuna do conhecimento mediante buscas exploratórias; 2) idealização da questão norteadora; 3) definição do objetivo de pesquisa; 3) desenho do protocolo de pesquisa; 4) coleta de dados; 5) análise dos dados; e 6) interpretação e apresentação dos resultados. A pesquisa descritiva tem como principal finalidade a descrição de fatos ou fenômenos de uma determinada realidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Já a pesquisa exploratória visa proporcionar uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito, sendo justificada em situações onde haja poucas informações disponíveis sobre a temática relacionada à investigação, como ocorre neste estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Esta pesquisa se apresenta no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída através da Lei 11.892 em 2008, e caracterizada por dispor de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 2008). Na perspectiva da educação profissional, a criação da Rede Federal representou um marco na ampliação e diversificação da educação profissional e tecnológica no país, trazendo em seu cerne o intuito de remodelar o panorama da formação profissional, fundamentado na defesa da educação como meio de transformação social (BRASIL, c2018a). Atualmente, mais de 600 unidades de ensino compõem a Rede Federal, disseminadas por todo o território brasileiro, conforme a Figura 1 (BRASIL, c2018a).

Figura 1: Distribuição das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território brasileiro



Fonte: BRASIL. Portal do Ministério da Educação. Instituições da Rede Federal. c2018b.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/apresentacao-rede-federal>. Acesso em: 07 mai. 2021.

A coleta de dados ocorreu de janeiro a março de 2022, realizada a partir das informações presentes na Plataforma Nilo Peçanha, tendo como ano base de referência 2021 (BRASIL, c2018c). Para a coleta dos dados foram seguidas três etapas: 1) busca pelo quantitativo total de cursos, instituições e unidades acadêmicas da Rede que ofereceram a formação técnica em enfermagem; 2) busca pelo quantitativo de cursos, instituições e unidades acadêmicas ofertados por região do país e número de matrículas; 3) busca pelos cursos técnicos em enfermagem ofertados em cada estado, com detalhamento do tipo de oferta e modalidade de ensino.

Foram coletados dados referentes à totalidade de cursos técnicos de enfermagem oferecidos pela Rede Federal, independentemente da modalidade de oferta. Para análise, os dados foram organizados em um banco criado com os recursos do programa Microsoft Excel®, empregando-se a estatística descritiva para apresentação dos resultados, com uso de frequência absoluta e porcentagens. Além disso, para complementar a análise foram consultados dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das localidades onde são oferecidos os cursos pela Rede Federal, disponibilizados na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concernentes ao último censo realizado no país (IBGE, c2017).

Por utilizar fontes de dados apenas documentais e disponíveis em bases de domínio público e acesso aberto, dispensaram-se a avaliação e aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa. Ressalta-se que foram observadas as Leis nº 12.527/2011 e nº 14.129/2021, as quais tratam da transparência e do acesso às

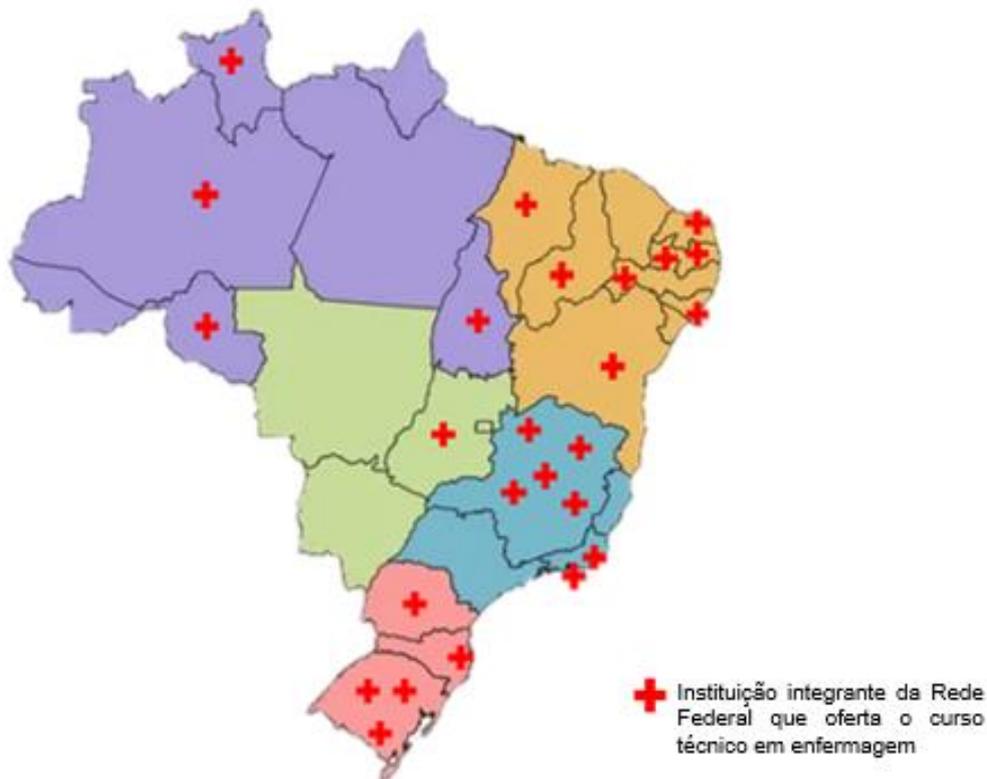
informações de interesse público independentemente de solicitações (BRASIL, 2011; BRASIL, 2021).

3 RESULTADOS

A análise dos dados disponíveis na PNP revelou que, das 656 unidades que compõem a Rede Federal, 37 ofertam o curso técnico em enfermagem, o que corresponde a 5,64%. A partir dessas unidades, vinculadas a 25 instituições, em 2021, foram oferecidos 48 cursos técnicos em enfermagem, dentre os 5.347 cursos de nível técnico disponibilizados em diferentes áreas pelas instituições federais, o que representa 0,9% da totalidade de cursos técnicos, e equivale a 3.770 matrículas, correspondendo a 0,75% do conjunto de matrículas de nível técnico.

No que tange à distribuição da formação técnica em enfermagem no âmbito federal, observa-se um desequilíbrio entre as regiões do país, com o Nordeste e Sudeste, respectivamente, concentrando a maior parte das instituições e do quantitativo de cursos. Já a Região Centro-Oeste é a menos expressiva em relação à oferta desse nível formativo, conforme revelado na Figura 2 e Quadro 1.

Figura 2: Disposição das instituições integrantes da Rede Federal que ofertam o curso técnico em enfermagem no território brasileiro



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2022).

Tabela 1: Detalhamento da distribuição dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede federal nas regiões do país - Brasil - 2022

Região	Instituições integrantes da Rede		Unidades Acadêmicas	Cursos	Matrículas
	Federal				
Centro-Oeste	1		2	2	308
Nordeste	8		12	17	1.541
Norte	4		4	4	368
Sudeste	7		12	16	1.075
Sul	5		7	9	478
TOTAL	25		37	48	3.770

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2022).

Constatou-se também uma desproporção na oferta entre os estados dentro das próprias regiões, apresentando o Nordeste e o Norte a maior quantidade de unidades federativas que oferecem essa formação, sendo respectivamente sete e quatro. Entretanto, o Estado de Minas Gerais é o que centraliza o maior número total de instituições que ofertam essa formação (5). Tais dados podem ser conferidos no Quadro 2.

Dos 37 municípios que oferecem o curso técnico de enfermagem no cenário da Rede Federal, apenas nove são capitais (24,32%). Das cidades que ofertam esse curso, São Gabriel da Cachoeira é a que apresenta menor IDH (0,609), não se verificando essa formação em municípios com IDH abaixo de 0,600, conforme exposto no Quadro 2.

Quanto ao tipo de organização acadêmica, notou-se que há predomínio dos institutos federais (64%), seguidos das escolas técnicas vinculadas (32%).

Tabela 2: Demonstrativo da localização das instituições que oferecem o curso técnico em enfermagem da Rede Federal, tipo de organização acadêmica, municípios onde há oferta do curso e Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios - Brasil - 2022

Região	Estado	Organização acadêmica	Instituição	Município onde há oferta do curso	IDH do município
Centro-oeste	Goiás	Instituto Federal	Instituto Federal de Goiás	Águas Lindas de Goiás	0,686
				Goiânia	0,799
Nordeste	Alagoas	Instituto Federal	Instituto Federal de Alagoas	Maceió	0,721
	Bahia	Instituto Federal	Instituto Federal da Bahia	Barreiras Eunápolis	0,721 0,677

	Maranhão	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Maranhão	UFMA - COLUN (Colégio Universitário)	São Luís	0,768
	Paraíba	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal de Campina Grande	UFCG - ETSC (Escola Técnica de Saúde Cajazeiras)	Campina Grande	0,720
		Escola Técnica vinculada à Universidade Federal da Paraíba	UFPB - ETS (Escola Técnica de Saúde)	João Pessoa	0,763
	Pernambuco	Instituto Federal	Instituto Federal de Pernambuco	Abreu e Lima	0,679
			Colégio Técnico de Bom Jesus	Belo Jardim	0,629
	Piauí	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Piauí	Colégio Técnico de Teresina	Bom Jesus	0,668
				Teresina	0,751
				Florianópolis	0,700
	Rio Grande do Norte	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Escola de Saúde da UFRN (ESUFRN)	Natal	0,763
Norte	Amazonas	Instituto Federal	Instituto Federal do Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	0,609
	Rondônia	Instituto Federal	Instituto Federal de Rondônia	Guajará-Mirim	0,657
	Roraima	Instituto Federal	Instituto Federal de Roraima	Boa Vista	0,752
	Tocantins	Instituto Federal	Instituto Federal do Tocantins	Araguaína	0,752
Sudeste	Minas Gerais	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM (CEFORES)	Uberaba	0,772
		Escola Técnica vinculada à Universidade Federal de Uberlândia	Escola Técnica de Saúde da UFU	Uberlândia	0,789
		Instituto Federal	Instituto Federal do Sudeste MG	Barbacena	0,769
				São João del Rei	0,758
		Instituto Federal	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Almenara	0,642
				Araçuaí	0,663
		Instituto Federal	Instituto Federal do Sul de Minas	Januária	0,658
				Machado	0,715
				Muzambinho	0,740
			CEFET	CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca) - RJ	Passos
	Rio de Janeiro			Nova Iguaçu	0,713
		Instituto Federal	Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes	0,716

Sul	Paraná	Instituto Federal	Instituto Federal do Paraná	Curitiba	0,823
				Londrina	0,778
	Rio Grande do Sul	Escola Técnica vinculada à Universidade Federal de Santa Maria	Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria	0,784
		Instituto Federal	Instituto Federal Farroupilha	Santo Ângelo	0,772
		Instituto Federal	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande	0,744
	Santa Catarina	Instituto Federal	Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis	0,847
Joinville				0,809	

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2022).

Destaca-se que todos os cursos foram disponibilizados no formato de ensino presencial. Contudo, no que diz respeito ao tipo de oferta, 83,33% estavam na modalidade subsequente (para concluintes do ensino médio); 6,25%, na concomitante (com duas matrículas distintas, sendo uma para o ensino profissionalizante e outra para o ensino médio); 6,25%, integrado (ensino profissionalizante em conjunto com o ensino médio em única matrícula); e 4,17% do tipo PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos)-integrado.

4 DISCUSSÃO

A educação profissional técnica em enfermagem se configura como um campo de baixa visibilidade dentro da Rede Federal, diante do número reduzido de unidades que ofertam essa formação, bem como pelo quantitativo tímido de cursos oferecidos, evidenciado neste estudo. Corroborando com esse achado, estudo anterior apontou que em 2013, das 467 unidades de ensino, somente 7,7% ofereciam essa habilitação (BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017). Dado que reitera a tendência de baixa evidência dessa formação no âmbito federal. Atribui-se isso ao próprio percurso histórico da Rede, fortemente industrial e agrário.

Infere-se, assim, uma perpetuação do distanciamento da Rede em relação às políticas de formação de recursos humanos em saúde, apesar do compromisso da esfera federal nesse quesito, evidenciado desde a criação do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990). Claramente, em virtude da sua abrangência nacional, uma vez que se encontra presente em todas as regiões do território brasileiro, e da sua função social, pela intenção de oferecer processos educativos que favoreçam a transformação do cenário social, as instituições da Rede ocupam uma posição estratégica para promover mudanças nesse panorama, através da superação dessa fragilidade, além de apresentarem potencialidade para viabilizar a concretização do compromisso do setor público federal com o ordenamento da formação de profissionais de saúde, sobretudo, dos técnicos de enfermagem (BRASIL, 2010). Nesse sentido, cabe à Rede Federal também fazer frente à lógica capitalista de formação, na qual o interesse econômico é o fio condutor, democratizando e expandindo o acesso, especialmente no contexto hegemônico do país de oferta do

curso pela rede privada, proporcionando uma formação de qualidade e acessível, com repercussões positivas na qualidade de vida da população (BRASIL, 2020; BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017).

Por meio da Rede Federal, objetiva-se democratizar o acesso à educação e, nessa perspectiva, são preconizadas estratégias voltadas para a interiorização das instituições, no sentido de contribuir com o desenvolvimento regional (DIAS; TEIXEIRA; ZAMPROGNO, 2016). Nessa tônica, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica prioriza, para sua execução, critérios técnicos para definição das áreas geográficas onde serão instaladas as novas unidades, visando ao aumento da oferta de matrículas e à interiorização da rede (PACHECO; CALDAS; DOMINGO SOBRINHO, 2012). Assim, a menor concentração de cursos técnicos em enfermagem nas capitais representa iniciativas para efetivação desse objetivo.

Contudo, apesar dessa intenção, o Sudeste ainda se mantém como uma das regiões que centralizam considerável quantitativo de instituições e cursos, possivelmente por dispor de grande parte dos serviços de saúde e, dessa forma, oportunizar maior campo de trabalho para os futuros técnicos de enfermagem. Todavia, nessa região, a oferta da educação técnica em enfermagem está reunida predominantemente no Estado de Minas Gerais. Diferente de estudo anterior, o Nordeste agora aparece também como a região com maior oferta dessa formação, desvelando um avanço nas estratégias de redução das desigualdades regionais, o que representa um objetivo da Rede Federal (BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017). Por outro lado, ainda ao comparar com pesquisa prévia, o Centro-Oeste permanece com profundas deficiências na oferta dessa habilitação profissional (BOANAFINA, A.; BOANAFINA, L.; WERMELINGER, 2017). Destaca-se que a distribuição irregular dos cursos no território pode resultar na concentração de mão de obra qualificada em algumas regiões e carência em outras (VIEIRA *et al.*, 2021). Nesse aspecto, infere-se que o desequilíbrio na distribuição dos centros formativos no país contribui para acentuar as disparidades relativas à formação e disposição dos profissionais de saúde, o que compromete a assistência à saúde.

Percebeu-se também que dentro das regiões há disparidade na oferta da formação técnica em enfermagem. Nessa lógica, embora a Região Norte apresente o segundo maior quantitativo de estados que oferecem essa formação, isso não se reflete no conjunto de instituições e unidades acadêmicas.

De acordo com dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), os técnicos de enfermagem correspondem a cerca de 59% dos profissionais integrantes da equipe de enfermagem, representando a maior força de trabalho na saúde, entretanto, encontram-se desigualmente distribuídos pelos estados e regiões do país (COFEN, c2022). Os estados brasileiros com menor número de técnicos de enfermagem são Acre e Roraima, respectivamente, 5.693 e 6.857 profissionais, ambos situados na Região Norte (COFEN, c2022). No entanto, dessas unidades federativas, apenas Roraima apresenta uma instituição com uma unidade acadêmica que oferta a habilitação técnica em enfermagem. Pondera-se que, em virtude da carência de profissionais nessas localidades, aliada à baixa oferta dessa formação na região, essas poderiam ser áreas prioritárias para a implantação de novos cursos no âmbito federal.

De forma alinhada aos propósitos da interiorização, dos municípios que ofertam a formação técnica em enfermagem, as capitais equivalem à minoria. Contudo, apesar da hegemonia das cidades do interior, essas possuem um bom nível de desenvolvimento, como foi denotado pelo índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios. Ressalta-se que o IDH é composto por aspectos relacionados a três dimensões: longevidade, educação e renda, o que possibilita estimar o nível de desenvolvimento global de cada localidade (MARTINS; PONTES; HIGA, 2018). Acrescenta-se que esse índice varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento.

Este estudo evidenciou que não há oferta em nível federal de curso técnico em enfermagem em municípios com baixo IDH (inferior a 0,500). Revelando que ainda existe um descompasso entre o que é preconizado pela Rede, no que tange à educação como meio de transformação social e promoção do desenvolvimento regional, e a realidade, uma vez que a oferta do curso em regiões com baixo IDH poderia fomentar o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades. Nesse contexto, salienta-se que as políticas que permeiam e fornecem substrato para a Rede Federal defendem o ensino com foco contributivo, direcionado para o desenvolvimento local e regional e para melhorias na qualidade de vida da população (BRASIL, 2010). Dentre as profissões de saúde de nível médio, o técnico de enfermagem é o que possui a maior oferta de campos de trabalho em todos os níveis de atenção à saúde, desse modo, a formação nessa área pode oportunizar a entrada de indivíduos no mercado de trabalho, reverberando no desenvolvimento socioeconômico local, além de provocar impactos benéficos na saúde da população (VIEIRA *et al.*, 2021). Por outro lado, a escassez desses profissionais pode afetar a rede de atenção à saúde e a qualidade da assistência.

No tocante ao ensino, percebeu-se, em relação às modalidades oferecidas, a predominância da forma subsequente. A partir desse achado, sugere-se que essa ocorrência possa estar relacionada à necessidade de agregar nesses cursos alunos, sobretudo aqueles em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica, que precisam estar inseridos no mercado de trabalho no turno oposto ao da escolaridade, já que normalmente nessa modalidade as aulas ocorrem em um único período. Não obstante, pontua-se que esses cursos geram também um custo menor para as instituições, o que pode contribuir para essa preponderância. Contudo, ainda nessa questão, destaca-se que a Rede Federal tem como princípio a priorização de cursos técnicos, especialmente na forma integrada, uma vez que oportunizam a formação integral, a qual transcende a preparação básica para o trabalho, e favorecem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, c2018a). Dessa forma, essa conjuntura revela um campo referente à oferta da habilitação técnica em enfermagem que requer mais atenção dentro da Rede, sendo que, para o cumprimento efetivo da premissa de priorizar o curso integrado, são fundamentais maiores investimentos nas políticas estudantis de permanência e êxito institucionais vigentes, no intuito de amenizar as vulnerabilidades.

Destarte, percebe-se que o panorama da oferta de cursos técnicos de enfermagem disponibilizados pela Rede Federal apresenta fragilidades a serem superadas, especialmente com vistas a reduzir a predominância da oferta desses cursos pelo setor privado, resgatando o papel da esfera pública federal. Além disso, poderá colaborar para reduzir a concentração de profissionais em algumas regiões, sobretudo em centros econômicos mais desenvolvidos, e promover a formação de

técnicos de enfermagem em regiões mais carentes, repercutindo no desenvolvimento local e na melhor assistência à saúde da população. Principalmente pelo fato de esses profissionais comporem o maior contingente de trabalho na saúde, influenciando sobremaneira na qualidade dos serviços e do cuidado.

Para superar as fragilidades encontradas, são necessários investimentos e novas diretrizes que observem a realidade evidenciada e, assim, possam direcionar esforços e critérios para a implantação de novos cursos, com a finalidade de amenizar as desigualdades da oferta e suprir a necessidade de formação de profissionais de acordo com os dados sociais e de saúde, bem como dos arranjos locais, através de uma proposta de formação que viabilize melhorias na assistência ao usuário.

No que tange às limitações deste estudo, destaca-se a necessidade de aprofundamento nas questões políticas e estruturais que tangenciam a implantação e, conseqüentemente, a distribuição dos cursos técnicos em enfermagem no âmbito da Rede Federal.

4.1 CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA DA ENFERMAGEM, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este estudo, ao evidenciar o panorama da oferta da educação profissional técnica de nível médio em enfermagem na Rede Federal, apresenta contribuições voltadas para a ampliação da visibilidade da formação técnica em enfermagem na esfera federal, ainda incipiente, propiciando, também, a expansão dessa área do conhecimento. Ademais, espera-se colaborar impulsionando direcionamentos para políticas públicas, no sentido de nortear parâmetros para a escolha de locais para a implantação de novos cursos, sobretudo nas localidades onde há necessidade social, principalmente relacionada à carência de profissionais. Além disso, se procura incitar a expansão da oferta do curso técnico em enfermagem pelo setor público, com o intuito de refletir na saúde e qualidade de vida da população, dado que, ao viabilizar a formação de recursos humanos em saúde, especialmente de técnicos de enfermagem, alinhada às necessidades da população brasileira, isso repercutirá em melhorias na assistência à saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de distribuição no território brasileiro dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica revelou que essa habilitação ainda ocupa uma posição tímida dentro do cenário de ensino federal.

Todavia, ao descortinar esse panorama, foi possível ampliar o conhecimento sobre a oferta desse nível formativo dentro do âmbito federal, evidenciando as principais tendências e desafios.

Assim, percebeu-se um notável distanciamento entre o perfil atual e as intenções educativas da Rede, bem como das necessidades de algumas regiões e as políticas de formação de recursos humanos em saúde, o que denota deficiências na

articulação entre os setores da educação e saúde no país. Contudo, apesar das fragilidades evidenciadas, a Rede apresenta-se como um modelo estratégico para reiterar o compromisso da esfera federal com a formação em saúde, e contribuir para uma formação técnica em enfermagem que colabore para melhoria da realidade social e da qualidade assistencial.

Desse modo, este estudo fornece subsídios para reflexões e investigações futuras acerca da formação técnica em enfermagem no âmbito federal que, alavancadas pela compreensão da oferta dos cursos, perpassam o processo de ensino, o perfil do profissional egresso e sua inserção no mercado de trabalho, entre outros aspectos, com o intuito de fomentar ajustes e redirecionamentos nas políticas públicas. Evoca-se o papel potencial e estratégico da Rede, diante de sua amplitude, para efetivar o ordenamento da formação de recursos humanos de forma compatível com as necessidades da população brasileira, reverberando em benefícios para a assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

BOANAFINA, Anderson.; BOANAFINA, Lilian; WERMELINGER, Mônica. A educação profissional técnica de nível médio em saúde na Rede Federal de Educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.15, n.1, p. 73-93, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/ShSSmwcNw8N3Jc6gLMTQwNy/?lang=pt#>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Fiocruz. **Formação de trabalhadores técnicos em saúde no Brasil 2010-2015**. 2020. Disponível em: <http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/biblioteca/formacao-dos-trabalhadores-tecnicos-em-saude-no-brasil-2010-2015>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.129-de-29-de-marco-de-2021-311282132>. Acesso em: 31 ago. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso: 03 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 03 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. 2010. 43p. Acesso em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC**. c2021. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso: 01 ago. 2021.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. c2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/apresentacao-rede-federal>. Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. c2018c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. c2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/apresentacao-rede-federal>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018**. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE. c2018d. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408. Acesso em: 02 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Enfermagem em números.** c2022. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>.

DIAS, Francine Macedo.; TEIXEIRA, Aridelmo; ZAMPROGNO, Bruno. O processo de Interiorização dos Institutos Federais sob o aspecto da satisfação dos servidores. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 7, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v7n2p1692-1714>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/REGS/article/view/6172/5638>. Acesso em: 04 abr. 2022

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. **Índice de Desenvolvimento Humano.** c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 07 mai. 2022.

MARTINS, Paulo Cezar Rodrigues; PONTES, Elenir Rose Jardim Cury.; HIGA, Leandro Tsuneki. Convergência entre as Taxas de Mortalidade Infantil e os Índices de Desenvolvimento Humano no Brasil no período de 2000 a 2010. **Interações**, v. 19, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i2.1552>. Acesso em: 05 mai. 2022.

OLIARI, Luciane Patrícia; PADILHA, Maria Itayra; BACKES, Vânia Marli Schubert. Fortalezas e fragilidades do curso técnico de enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina. **Revista Gaúcha de Enfermagem.** 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.69074>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/ZCWC8DWFm6S8XpznrzDCQpJ/?lang=pt>. Acesso: 28 ago. 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; DOMINGOS SOBRINHO, Moises. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (Org.). **Ensino Técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012

PINHO, Eloísa Aparecida; LEITE, Tânia Maria Coelho; DAÓLIO, Edilaine; SILVA, Eliete Maria. Analisando criticamente a formação de auxiliares e técnicas de enfermagem no Brasil. **Revista Paulista de Enfermagem**, v. 29, p. 117-26, 2018. Disponível em: <https://repen.com.br/revista/wp-content/uploads/2018/11/Analisando-criticamente-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-auxiliares-e-t%C3%A9cnicas-de-enfermagem-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

VIEIRA, Silvana Lima; GOMES, Virginia Crispina de Oliveira; TEIXEIRA, Giselle Alves da Silva; FERNANDES, Josicelia Dumet; RIBEIRO-BARBOSA, Juliana Costa; JESUS, Ludmila Anjos de; SILVA, Gilberto Tadeu Reis da. Mapeamento da oferta de cursos técnicos de nível médio em enfermagem na Bahia. **Estudos IAT**, v. 6, n.1, 2021. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/277/370>. Acesso em: 01 abr. 2023.

VIEIRA, Silvana Lima; SILVA, Gilberto Tadeu Reis da. Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde e em Enfermagem: diálogo com o pensamento Freireano. **Estudos IAT**, v. 4, n. 2, p. 126-141, 2019. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/136>. Acesso em: 03 fev. 2022.